



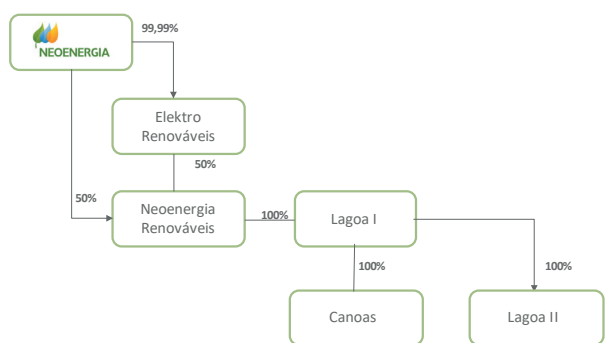
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2022

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
Ao apresentar os resultados de 2022, a Lagoa 1 Energia Renovável S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética. Vamos em busca de novas conquistas em 2023, com a certeza de contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

1. LAGOA 1

A Companhia Lagoa 1 Energia Renovável S.A. é uma sociedade de propósito específico (SPE), cuja totalidade das ações pertence à Companhia Neoenergia Renováveis S.A., da qual são acionistas a Neoenergia (50%) e a Elektro Renováveis (50%). Lagoa 1 Energia Renovável S.A. é proprietária do projeto eólico Lagoa 1, produto do 20º Leilão de Energia Nova (A-5) promovido em 2014 pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, localizado nos municípios de Santa Luzia e São José do Sabugi (PB). A Companhia Lagoa 1 é controladora direta das Companhias e parques eólicos Lagoa 2 e Canoas.



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Lagoa 1 recebeu autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme Portaria nº 335 de 03/08/2015, expedida pelo Ministério de Minas e Energia. Esta autorização vigorará pelo prazo de 35 anos contados a partir da publicação da Portaria. O Parque Eólico firmou com 38 distribuidoras do setor de energia elétrica, Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, com data de início de suprimento em 01 de janeiro de 2019 e vigência até 31 de dezembro de 2038.

Lagoa 1 conta com a implantação de 15 aerogeradores, totalizando uma capacidade instalada de 31,5MW e energia contratada de 18,7 MW médios. A operação deste parque não está sob coordenação do ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico, por estar conectado diretamente na rede de distribuição.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora		
	2022	2021	2022	2021	
Receita operacional líquida	3	70.547	86.032	22.103	26.761
Custos dos serviços		(41.389)	(42.320)	(14.514)	(14.973)
Custos com energia elétrica	4	(7.473)	(6.073)	(2.323)	(1.945)
Custos de operação	5	(33.916)	(36.247)	(12.191)	(13.028)
Lucro bruto		29.158	43.712	7.589	11.788
Perda de crédito esperadas	9.1	(1)	71	(1)	25
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(1.672)	(469)	(600)	(110)
Equivalência Patrimonial	11	-	-	24.125	30.712
Lucro operacional		27.485	43.314	31.113	42.415
Resultado financeiro	6	(21.600)	(28.392)	(30.056)	(30.167)
Receitas financeiras		11.844	3.293	2.954	1.044
Despesas financeiras		(33.457)	(31.687)	(33.033)	(31.212)
Outros resultados financeiros, líquidos		13	2	23	1
Lucro antes dos tributos		5.885	14.922	1.057	12.248
Tributos sobre o lucro	7	3.012	3.604	7.840	6.278
Corrente		(4.828)	(2.674)	-	-
Diferido		7.840	6.278	7.840	6.278
Lucro líquido do exercício		8.897	18.526	8.897	18.526

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTES EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício	8.897	18.526	8.897	18.526
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos				
Resultado abrangente do exercício	8.897	18.526	8.897	18.526

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

Consolidado e Controladora	Reservas de Lucros					Lucros acumulados	Total
	Capital Social	Reserva legal	Reserva para investimento	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	233.224	2.417	30.689	3.747	-	270.077	
Resultado abrangente do exercício:							
Lucro líquido do exercício						8.897	
Destinação do lucro líquido:						(2.114)	
Remuneração aos acionistas (nota 16.2)		444	6.339			(6.783)	
Constituição de reservas de lucros (nota 16.3)							
Saldos em 31 de dezembro de 2022	233.224	2.861	37.028	3.747	-	276.860	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	233.224	1.491	17.489	3.747	-	255.951	
Resultado abrangente do exercício:							
Lucro líquido do exercício						18.526	
Destinação do lucro líquido:						(4.400)	
Remuneração aos acionistas (nota 16.2)						(4.400)	
Constituição de reservas de lucros (nota 16.3)		926	13.200			(14.126)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	233.224	2.417	30.689	3.747	-	270.077	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A empresa Lagoa 1 Energia Renovável S.A. é uma sociedade de propósito específico (SPE), cuja totalidade das ações pertence à empresa Neoenergia Renováveis S.A., da qual são acionistas a Neoenergia (50%) e a Elektro Renováveis (50%). Lagoa 1 Energia Renovável S.A. é proprietária do projeto eólico Lagoa 1, produto do 20º Leilão de Energia Nova (A-5) promovido em 2014 pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, localizado nos municípios de Santa Luzia e São José do Sabugi (PB). A Lagoa 1 é controladora direta das companhias e parques eólicos Lagoa 2 e Canoas. Lagoa 1 recebeu autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme Portaria nº 335 de 03/08/2015, expedida pelo Ministério de Minas e Energia. Esta autorização vigorará pelo prazo de 35 anos contados a partir da publicação da Portaria. O Parque Eólico firmou com 38 distribuidoras do setor de energia elétrica, Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, com data de início de suprimento em 01 de janeiro de 2019 e vigência até 31 de dezembro de 2038. Lagoa 1 conta com a implantação de 15 aerogeradores, totalizando uma capacidade instalada de 31,5MW e energia contratada de 18,7 MW médios. A operação deste parque não está sob coordenação do ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico, por estar conectado diretamente na rede de distribuição. As informações sobre os empreendimentos da Companhia são os seguintes:

Parque Eólico	Localidade	Capacidade (MW)	Energia Instalada (MWmed)	Data da Asssegurada	Concessão	Data de Autorização	Vencimento
Canoas	São José do Sabugi – PB	31,5	17,7	03/08/2015		03/08/2050	
Lagoa 2	Santa Luzia – PB	31,5	17,5	03/08/2015		25/07/2050	

A Controladora vem apresentando constantemente fluxos de caixa positivos gerados por suas atividades operacionais, entretanto em 31 de dezembro de 2022 apresentou capital circulante líquido ("CCL") negativo de R\$ 23.321 (R\$ 3.616 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia prevê que continuará a gerar fluxos de caixa operacionais suficientes para equalizar o CCL negativo a médio prazo. Caso necessário, os acionistas se comprometem a realizar aportes financeiros para que a Companhia cumpra com suas obrigações. 1.1. Gestão de riscos financeiros e operacionais: A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades reguladas que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos e expressamente proibida. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria. 1.1.1. Gestão de riscos financeiros: Considerações gerais e políticas internas: A Política de Gestão de Risco do Grupo Neoenergia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos do Grupo Neoenergia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. A estrutura organizacional de controle e gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros R\$ mil ⁽¹⁾	2022	2021	Variação %
Receita Operacional Bruta	25.121	29.782	(15,65)
Receita Operacional Líquida	22.103	26.761	(17,41)
Margem Operacional Líquida	7.589	11.788	(35,62)
EBITDA	38.045	50.071	(24,0)
Resultado Financeiro	(30.056)	(30.167)	(0,37)
Lucro Líquido	8.897	18.526	(51,98)
Margem Operacional (%)	34,33%	44,05%	(9,71)
Margem EBITDA (%)	172,13%	187,10%	(14,98)
Margem Líquida (%)	40,25%	69,23%	(28,98)

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Informações Patrimoniais R\$ mil ⁽¹⁾	dez/22	dez/21	Variação %
Ativo Total	627.230	630.962	(0,59)
Dívida Bruta	324.980	339.765	(4,35)
Dívida Líquida ⁽²⁾	310.405	322.497	(3,75)
Patrimônio Líquido	276.860	270.077	2,51

⁽²⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida.

Indicadores Financeiros de Dívida	dez/22	dez/21	Variação %
Dívida Líquida/EBITDA	8,16	6,44	26,68
EBITDA/Resultado Financeiro ⁽³⁾	1,27	1,66	(23,7)

⁽³⁾ EBITDA e Resultado Financeiro dos últimos 12 meses. Atendendo à Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução:

Conciliação EBITDA R\$ mil ⁽¹⁾	2022	2021	Varição (R\$)	Variação (%)
Lucro líquido (A)	8.897	18.526	(9.629)	(51,98)
Receitas financeiras (B)	2.954	1.044	1.910	182,95
Despesas financeiras (C)	(33.033)	(31.212)	(1.821)	5,83
Outros resultados financeiros, líquidos (D)	23	1	22	2.200,00
Imposto de renda (E)	7.840	6.278	1.562	24,88
Depreciação e amortização (F)	(6.932)	(7.656)	724	(9,46)
EBITDA = (A+B+C+D+E+F)	38.045	50.071	(12.026)	(24,02)

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

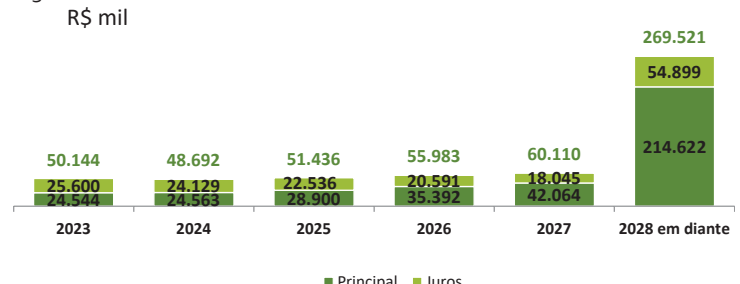
	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais	8.897	18.526	8.897	18.526
Lucro líquido do exercício	8.897	18.526	8.897	18.526
Ajustado por:				
Depreciação e amortização	20.322	22.324	6.932	7.656
Baixa de ativos não circulantes	5	-	-	-
Equivalência patrimonial	-	-	(24.125)	(30.712)
Tributos sobre o lucro	(3.012)	(3.603)	(7.840)	(6.278)
Resultado financeiro, líquido	21.600	28.393	30.056	30.167
Alterações no capital de giro:				
Contas a receber de clientes e outros	(1.041)	13.196	(416)	4.185
Fornecedores e contas pagar a empreiteiros	747	(3.456)	814	(1.190)
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(2.253)	(494)	(480)	(177)
Provisões, liquidadas dos depósitos judiciais	15.277	2.740	6.290	1.507
Outros ativos e passivos, líquidos	(3.329)	5.454	(1.160)	1.552
Caixa líquidos proveniente das operações	57.213	83.080	18.968	25.241
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	-	-	27.717	16.911
Encargos de dívidas pagas	(26.471)	(24.105)	(26.471)	(24.105)
Rendimento de aplicação financeira	11.846	3.299	3.029	1.069
Tributos sobre o lucro pagos	(3.247)	(2.200)	-	-
Caixa gerado pelas atividades operacionais	39.341	60.074	23.243	19.116
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.395)	(1.178)	(857)	(593)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(2.839)	(2.001)	-	(540)
Resgate de títulos e valores mobiliários	112	150	12	149
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(4.122)	(3.029)	(845)	(984)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	986	-	986	-
Pagamento dos custos de captação	(19)	-	(19)	-
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(20.718)	(17.459)	(20.718)	(17.459)
Depósitos em garantias	(990)	(348)	(990)	(348)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(4.400)	(5.184)	(4.400)	(5.184)
Caixa consumido nas atividades de financiamentos	(25.141)	(22.991)	(25.141)	(22.991)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	10.078	34.054	(2.743)	(4.859)
Caixa e equivalentes no início do exercício	89.160	55.106	16.774	21.633
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	99.238	89.160	14.031	16.774

Transações que não envolveram caixa:
Provisão para desmantelamento: 848 3.251 275 1.000
Provisão ambiental: 373 488 5 186

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. ENDIVIDAMENTO

A companhia possui financiamento contratado junto ao BNDES com amortizações lineares ao longo dos anos e debêntures de infraestrutura.



5. AUDITORES INDEPENDENTES

A companhia, em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (Deloitte), firmado em 30/12/2021, com vigência de 60 (sessenta) meses. Em 2022, a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 17.016, dos quais R\$ 13.613 referem-se à auditoria das demonstrações financeiras.

A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Lagoa 1 Energia Renovável S.A. ("Lagoa 1"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Lagoa 1 e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Lagoa 1.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Lagoa 1 sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	8	99.238	89.160	14.031
Contas a receber de clientes e outros	9	10.914	9.873	3.749
Tributos sobre o lucro a recuperar		759	430	650
Outros tributos a recuperar		-	189	29
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	11	-	-	5.730
Outros ativos circulantes		703	365	247
Total do circulante				

LAGOA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

CNPJ nº 21.540.697/0001-63 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

segurança jurídica e o marco legal aplicável aos negócios em cada jurisdição, a nacionalização ou expropriação de ativos, cancelamento de licenças, descumprimento parcial ou total dos contratos e risco legal ou de fraude. (b) Seguros: A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Consolidado	Data da vigência	Importância Segurada
Riscos		
Terrorismo	31/05/2022 a 31/05/2023	706
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2022 a 31/05/2023	108
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2022 a 31/05/2023	132
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2022 a 31/05/2023	706
Veículos - Operacional	31/05/2022 a 31/05/2023	2

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos. Na preparação dessas demonstrações financeiras, as controladas são consolidadas a partir da data em que a Companhia assume o controle até a data em que o controle cessa. Todas as transações entre a Companhia e suas controladas diretas e indiretas são eliminadas integralmente. A participação da Companhia nos resultados dos investimentos em coligadas estão incluídos nas demonstrações financeiras a partir da data em que influência significativa começa, até a data em que cessa influência ou controle significativo. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 16 de março de 2023.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação: A moeda funcional da Controladora e de suas controladas é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação em ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro. 2.3. Políticas contábeis e estimativas críticas: As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5. 2.4. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem o reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota Estimativas e julgamentos significativos

- 3.2 Receita de fornecimento de energia e venda de energia na CCEE
- 7.1.3 Tributos sobre o lucro
- 9.1 Perda de créditos esperadas (PCE)
- 12.1 Imobilizado
- 15.1 Provisões

2.5. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") são os seguintes: a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022, aplicação retrospectiva com regras específicas.
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022, aplicação retrospectiva com regras específicas.

As alterações em Pronunciamentos que entram em vigor em 01 de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas. b) Alteração em pronunciamentos contábeis em vigor

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva.

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	Controladora
	2022	2021
Fornecimento de energia	75.845	89.203
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	130	2.310
Outras receitas	-	52
Receita operacional bruta	75.975	91.565
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.1)	(5.428)	(5.533)
Receita operacional líquida	70.547	86.032

3.1. Deduções de receita bruta

	Consolidado	Controladora
	2022	2021

Tributos
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (5.106) (5.220) (2.910) (2.917) (5.106) (5.220) (2.910) (2.917)

Encargos setoriais
Taxa de fiscalização serviço de energia elétrica - TFSEE (322) (313) (108) (104) (322) (313) (108) (104)

Total
(5.428) (5.533) (3.018) (3.021)

3.2. Política contábil e julgamento críticos: a) Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A Companhia vende a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada ("ACR"), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores. A receita de operações de venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças ("PLD"). b) Estimativas e julgamento crítico: Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE no centro de gravidade, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles que estão em época, valor do PLD divulgado pela CCEE. Para os meses ainda não realizados, utiliza-se previsão de medição da Usina, perda interna com base no histórico, perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época e valor do PLD (previsto).

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado	Controladora
	2022	2021
Compra para revenda	(36)	(29)
Energia adquirida no ambiente de contratação livre - ACL	(417)	(256)
Energia curto prazo - PLD e MRE	(39)	(43)
Outros	(492)	(329)
Subtotal	4	194
Créditos PIS e COFINS	(488)	(135)
Total	(888)	(170)

Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão

Encargos de uso do sistema de distribuição	(7.248)	(5.939)	(2.416)	(1.999)
Subtotal	(7.248)	(5.939)	(2.416)	(1.999)
Créditos de PIS e COFINS	263	-	263	-
Total	(6.985)	(5.939)	(2.153)	(1.999)
Total dos custos com energia elétrica	(7.473)	(6.073)	(2.323)	(1.945)

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Outras receitas/ Despesas gerais e de operação	(1.161)	(1.448)	(2.609)	(2.568)
Custos de administração	(10.509)	(160)	(10.669)	(9.814)
Depreciação e amortização	(20.322)	-	(20.322)	(22.324)
Outras receitas e despesas, líquidas (*)	(1.924)	(64)	(1.988)	(1.541)
Total	(33.916)	(1.672)	(35.588)	(36.247)

	Controladora		2021	
	2022	2021	2022	2021
Outras receitas/ Despesas gerais e de operação	(387)	(481)	(868)	(856)
Custos de administração	(4.175)	(82)	(4.257)	(3.828)
Depreciação e amortização	(6.932)	-	(6.932)	(7.656)
Outras receitas e despesas, líquidas (*)	(697)	(37)	(734)	(688)
Total	(12.191)	(600)	(12.791)	(13,028)

(*) Refere-se a seguros, viagens a serviço, arrendamentos, entre outros.

5.1. Serviços de terceiros

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Serviços técnicos e manutenções	(8.330)	(7.945)	(2.875)	(2.659)
Serviços jurídicos	(27)	(48)	-	(6)
Consultoria e auditoria	(63)	(72)	(25)	(28)
Comunicação	(65)	(39)	-	-
Vigilância	(578)	(517)	(189)	(170)
Outros serviços	(1.606)	(1.437)	(1.168)	(1.037)
Total	(10.669)	(10.058)	(4.257)	(3.900)

6. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Receitas Financeiras	11.846	3.300	3.029	1.069
Renda de aplicações financeiras (*)	(174)	(51)	(174)	(51)
(-) Tributos sobre receita financeira	172	44	99	26
Outras receitas financeiras	11.844	3.293	2.954	1.044

Despesas Financeiras	(32.427)	(30.722)	(32.427)	(30.722)
Encargos sobre instrumentos de dívida (*)	(1.030)	(965)	(606)	(490)
Outras despesas financeiras	(33.457)	(31.687)	(33.033)	(31.212)

Outros resultados financeiros, líquidos

Outras variações cambiais e monetárias	13	2	23	1
	13	2	23	1
Total	(21.600)	(28.392)	(30.056)	(30.167)

Resultado financeiro líquido

- (1) Aumento deve-se ao incremento de saldo de caixa no exercício, bem como a crescente alta da taxa CDI, índice de referência das alocações das aplicações financeiras;
- (2) Inclui a parcela variável dos juros relacionada a indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (IPCA, IGP-M e outros) e amortização de custos de captação.

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

7.1. Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. 7.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado: A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	5.885	14.922	1.057	12.248
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(2.001)	(5.073)	(359)	(4.164)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:				
Resultado de participações societárias	-	-	8.202	10.442
Diferença de presunção de base do lucro presumido	5.015	8.677	-	-
Outras adições (reversões) permanentes	(2)	-	(3)	-
Tributos sobre o lucro	3.012	3.604	7.840	6.278

Alíquota efetiva

Corrente	(4,828%)	(2,674%)	-	-
Diferido	7,840%	6,278%	7,840%	6,278%

7.1.2. Tributos diferidos ativos: Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	Consolidado	
	2022	2021
Prejuízo fiscal (inclui base negativa)	30.545	25.020
Diferenças temporárias:		
Provisão para processos judiciais	319	291
Provisões para desmantelamento, ressarcimento e fornecedores	6.274	3.987
Perdas estimadas de créditos - Contas a receber	13	13
PLR	37.152	29.312
Ativo não circulante	37.152	29.312

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Consolidado	
	2022	2021
Saldos em 31 de dezembro de 2021	29.312	7.840
Efeitos reconhecidos no resultado	7.840	7.840
Saldos em 31 de dezembro de 2022	37.152	37.152

Saldos em 31 de dezembro de 2020
Efeitos reconhecidos no resultado 6.278
Saldos em 31 de dezembro de 2021
29.312

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2022, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos, reconhecidos, está apresentada como segue:

	Consolidado	
	Entre 2023 e 2031	Entre 2032 e 2037 em diante
Ativo fiscal diferido	677	1.521

A Companhia vem apresentando valores negativos antes da equivalência patrimonial por concentrar as dívidas financeiras para a construção dos parques Lagoa 1, Lagoa 2 e Canoas. Ela possui duas captações: (i) BNDES - iniciada em 2017 com vencimento em 2034 e (ii) Debêntures iniciada em 2017 com vencimento em 2029 e suas projeções indicam redução no volume de dívida financeira com consequente efeito positivo em seu lucro tributável nos próximos anos. 7.1.3. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. b) Estimativas e julgamentos críticos: Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e de capital; (ii) cenários econômico-financeiros; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e depósitos bancários à vista	5.974	10.442	2.387	2.146
Fundos de Investimento	93.264	78.718	11.644	14.828
Total	99.238	89.160	14.031	16.774

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2022 é de 99,53% do CDI (99,31% em 31 de dezembro de 2021). As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas, substancialmente, nos fundos exclusivos BB Polo 28 Fundo de Investimento, Bradesco Recife Fundo de Investimento, Itaú Salvador Fundo de Investimento. Os fundos têm como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo, em 31 de dezembro de 2022, 100% de sua carteira em ativos com risco do governo brasileiro e instituições bancárias de primeira linha, todos com liquidez diária. A rentabilidade média dos fundos no ano de 2022 foi 99,40% do CDI para o fundo BB Polo 28 (98,12% em 31 de dezembro de 2021), 99,63% do CDI para o fundo Bradesco Recife (99,73% em 31 de dezembro de 2021), 99,55% do CDI para o fundo Itaú Salvador (98,45% em 31 de dezembro de 2021).

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	Consolidado	
	2022	2021
Perda de Contas a Receber	10.861	(7)
Perda de Contas a Receber esperadas	10.861	(7)

	Controladora	
	2022	2021
Fornecimento de energia	10.861	(7)
Comercialização de energia na CCEE	60	321
Total	10.921	(6)

	Controladora	
	2022	2021
Perda de Contas a Receber	3.732	(3)
Perda de Contas a Receber esperadas	3.732	(3)

	Controladora	
	2022	2021
Fornecimento de energia	3.732	(3)
Comercialização de energia na CCEE	20	75
Total	3.752	(2)

O aging do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

LAGOA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

CNPJ nº 21.540.697/0001-63 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	Consolidado e Controladora	
	2022	2021
Denominados em R\$	337.466	351.600
Indexados a taxas flutuantes	337.466	351.600
(-) Depósitos em garantia	(11.013)	(10.022)
(-) Custos de transação	(1.473)	(1.812)
	324.980	339.765
Passivo circulante	26.065	22.916
Passivo não circulante	298.915	316.847

b) Fluxo de pagamento futuros de dívida: Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Consolidado e Controladora		
	Principal (*)	Juros (*)	Total
2023	24.544	25.600	50.144
2024	24.563	24.129	48.692
2025	28.900	22.596	51.496
2026	35.392	20.591	55.983
2027	32.064	18.045	60.110
Entre 2028 e 2032	164.329	52.214	216.542
Entre 2033 e 2037	50.293	2.686	52.979
Total	370.085	165.801	535.886

(1) O Fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas PRB e Pós) em vigor em 31 de dezembro de 2022 e considerando as todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2022, o prazo médio do vencimento do endividamento da Companhia é de 3,96 anos (6,01 anos em 31 de dezembro de 2021). c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

	Consolidado e Controladora	
	2022	2021
Saldo Inicial do exercício	339.765	350.956
Efeito no fluxo de caixa:		
Captações	986	-
Amortizações de principal	(20.718)	(17.459)
Custo de captação	(19)	-
Pagamento de encargos de dívida	(26.471)	(24.105)
Aplicação (resgate) dos depósitos em garantia	(990)	(348)
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	32.427	30.721
Saldo final do exercício	324.980	339.765

d) Condições restritivas financeiras (Covenants): Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui 100% dos contratos de dívidas da empresa com Covenants. Os principais covenants da Companhia obrigam a manter certos índices, como a Dívida líquida sobre o EBITDA (LAJIDA – Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) e EBITDA sobre o Resultado financeiro. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Abaixo seguem os principais parâmetros e as medidas estimadas em geral:

	Limites contratual inferior (*)		Medição em 31.12.2022	
	2022	2021	2022	2021
Dívida líquida + EBITDA	≤ 4,0	3,15	4,0	3,15
EBITDA + Resultado financeiro	≥ 1,5	3,05	1,5	3,05

(1) Cada contrato de dívida prevê cláusulas específicas de composição dos indicadores que serão medidos e o respectivo período de aplicação. Os índices apresentados são referentes ao menor nível de cada indicador observado entre todos os contratos de dívidas; (2) Índices gerais aplicados pelas informações apresentadas nessa demonstração financeira; (3) A Neoenergia S.A. é avaliada e garantidora das dívidas de suas subsidiárias, dessa forma, alguns Covenants financeiros possuem como base de apuração os valores consolidados da Neoenergia S.A.; (4) A Companhia também possui contratos de dívida apurados no consolidado do projeto (inclui além da Lagoa 1, as SPES Lagoa 2 e Canoas 1). Em 31 de dezembro, 2022, o indicador Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD*) não alcançou o limite mínimo necessário em sua apuração, sendo necessário pedido de waiver para a não ocorrência de vencimento antecipado do contrato. A instituição financeira concedeu o waiver prévio em novembro de 2022. e) Política contábil: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação.

15. PROVISÕES, OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Provisões para processos judiciais (nota 15.1.a)	1.002	913	939	856
Provisão para obrigações ambientais	832	313	287	98
Provisão para obrigações para desmantelamento de ativos (nota 15.2)	7.556	7.857	2.526	2.619
Provisões ressarcimentos (nota 15.3)	35.109	19.509	15.463	9.152
	44.499	28.592	19.215	12.725
Passivo circulante	35.494	437	15.554	304
Passivo não circulante	9.005	28.155	3.661	12.421

15.1. Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais: a) Provisão para processos judiciais: A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais. Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	Consolidado		
	Provisões cíveis	Provisões fiscais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	68	845	913
Adições e reversões, líquido	(1)	-	(1)
Atualização monetárias	9	81	90
Saldos em 31 de dezembro de 2022	76	926	1.002
Saldos em 31 de dezembro de 2020	44	822	866
Adições e reversões, líquido	10	-	10
Atualização monetárias	14	23	37
Saldos em 31 de dezembro de 2021	68	845	913

b) Passivos contingentes: Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	Consolidado		
	Provisões cíveis	Provisões fiscais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	11	845	856
Adições e reversões, líquido	-	-	-
Pagamentos	-	-	-
Atualização monetárias	2	81	83
Saldos em 31 de dezembro de 2022	13	926	939
Saldos em 31 de dezembro de 2020	4	822	824
Adições e reversões, líquido	2	-	2
Pagamentos	-	-	-
Atualização monetárias	5	23	28
Saldos em 31 de dezembro de 2021	11	845	856

c) Depósitos judiciais: Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Processos cíveis (i)	31	36	2	2
Processos trabalhistas (ii)	1.617	1.009	915	624
Processos fiscais (iii)	1.648	1.045	917	626

d) Política contábil e julgamentos críticos: (i) Política contábil: As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando há provável saída de recursos. Somos responsáveis em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada n° 3 as demonstrações financeiras, a receita da Companhia deriva principalmente do fornecimento de energia elétrica. A contabilização da receita envolve processos efetuados pela Diretoria da Companhia que suportam o seu reconhecimento e que devem envolver, entre outros, os seguintes riscos: (a) que a receita seja contabilizada após o atendimento dos critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento no curso normal de negócios da Companhia; (b) que os valores da receita sejam apurados de acordo com os termos e as condições estabelecidas em contrato. Devido aos assuntos anteriormente mencionados e a relevância dos valores envolvidos, consideramos o reconhecimento da receita na venda de energia como um principal assunto de auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíam, dentre outros: (i) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receita considerando a natureza das receitas da Companhia, aspectos contratuais, entre outros; (ii) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes sobre o reconhecimento de receita na venda de energia; (iii) testes de transações de receitas, em base amostral, dos documentos comprobatórios sobre a ocorrência, integridade e exatidão das receitas reconhecidas pela Companhia, bem como se elas foram contabilizadas no período de competência correto; e (iv) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do Pronunciamento Contábil CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente. No decorrer da nossa auditoria, identificamos deficiências de controles internos relacionadas a determinados controles de tecnologia da informação que nos levaram a alterar a nossa abordagem de auditoria e a

ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros. 15.2. Desmantelamento: Os cálculos são efetuados com base em estimativa do custo total de desmontagem dos parques eólicos Lagoa 1, Lagoa 2 e Canoas, conforme estudo do mercado de energia eólica, levando em consideração a quantidade de MW total implantada no empreendimento. Essa estimativa é reavaliada anualmente de acordo com os fluxos de caixa estimados, que levam em consideração o custo base de restauração e desmobilização das áreas exploradas. A provisão para desmantelamento da Companhia está registrada em contrapartida ao Imobilizado. O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento do parque eólico. A provisão foi calculada utilizando uma taxa de desconto de 12,19% e uma inflação projetada equivalente a 3,00%. 15.3. Provisão de Ressarcimento: A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas prováveis pela energia contratual não entregue no exercício social corrente. Esta provisão é constituída considerando os valores estimados apurados pelos especialistas baseado nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia. As provisões são tempestivamente ajustadas de acordo com as novas estimativas apuradas. A realização ocorre no primeiro ano subsequente ao quadriênio, amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCFARs) da Companhia.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1. Capital social: O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é de R\$ 233.224, composta por 223.224.284 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, detidas integralmente pela Neoenergia Renováveis S.A. 16.2. Remuneração aos acionistas: O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos, baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração aos acionistas da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	8.897	18.526
Reserva legal	(444)	(926)
Reserva para investimentos	(6.339)	(13.200)
Lucro líquido a distribuir	2.114	4.400
Remuneração Mínima obrigatória (*)	2.114	4.400
Natureza da remuneração	2.114	4.400
Dividendos	2.114	16.720
	2.114	16.720

(1) Os dividendos mínimos obrigatórios têm como base o lucro líquido menos a reserva legal. Em reuniões do Conselho de Administração foram aprovadas as seguintes declarações de dividendos:

	Natureza da remuneração	Valor deliberado	Valor por ação (R\$)	ON
2022				
AGOE de 29 de abril de 2022	Dividendos mínimos	4.400	0,0188659829	
		4.400		
2021				
AGOE de 30 de abril de 2021	Dividendos mínimos	5.184	0,022275581	
		5.184		

A movimentação dos saldos de dividendos a pagar é como segue:

	Controladora	
	2022	2021
Saldos no início do exercício	4.400	5.184
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Dividendos declarados	2.114	4.400
Dividendos pagos no exercício	(4.400)	(5.184)
Saldos no final do exercício	2.114	4.400

16.3. Reservas de lucros: 16.3.1. Reserva legal: Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. 16.3.2. Reserva para investimento: Como previsto no estatuto social da Companhia, o montante que excede a distribuição de dividendo mínimo obrigatório deve ser destinado para reserva de investimentos que não excederá 80% do capital subscrito, importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, na qual é destinada para financiar a expansão das atividades da Companhia ou criação de novos empreendimentos. 16.3.3. Reserva de retenção de lucros: Possui como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, em montante não superior a 50% do lucro líquido anual distribuído até o limite máximo do capital social ou proposta de orçamento de capital da Companhia. 16.4. Política contábil: O capital social representa valores recebidos dos acionistas e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas. As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) contratos de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia são apresentados abaixo: 17.1. Saldo em aberto com partes relacionadas

	Consolidado			
	2022		2021	
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista Total
Ativo				
Contas a receber e outros (a) / (b)	1.443	- 1.443	1.345	- 1.345
Outros ativos	53	- 53	-	-
	1.496	- 1.496	1.345	- 1.345
Passivo				
Fornecedores e contas a pagar	273	- 273	-	-
Dividendos a pagar (c)	-	2.113 2.113	-	4.400 4.400
Outros passivos	144	- 144	-	-
	417	2.113 2.530	- 4.400	4.400

	Consolidado			
	2022		2021	
	Subsidiárias da Neoenergia	Con- Acio- nista Total	Subsidiárias da Neoenergia	Con- Acio- nista Total
Ativo				
Contas a receber e outros (a) / (b)	495	- 495	478	- 478
Dividendos a receber (d)	- 5.730	- 5.730	- 7.294	- 7.294
Outros ativos	18	- 18	-	-
	513	5.730	478	7.294

17.2. Transações com partes relacionadas

	Consolidado			
	2022		2021	
	Subsidiárias da Neoenergia	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Total
Resultado do período				
Receita operacional líquida (a) / (b)	13.568	13.568	21.894	21.894
Custos dos serviços	(297)	(297)	(36)	(36)
Despesas gerais e administrativas	(1.448)	(1.448)	-	-
	11.823	11.823	21.858	21.858

	Consolidado			
	2022		2021	
	Subsidiárias da Neoenergia	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Total
Resultado do período				
Receita operacional líquida (a) / (b) / (d)	4.652	4.652	6.981	6.981
Custos dos serviços	(111)	(111)	(12)	(12)
Despesas gerais e administrativas	(481)	(481)	-	-
	4.060	4.060	6.969	6.969

17.3. Principais transações com partes relacionadas

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Vencimento	Resultado do exercício	
					Passivo	Ativo
a)	Neoenergia Brasília, Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern, Neoenergia Elektro e Neoenergia Pernambuco	Venda de energia elétrica	IPCA	27 anos	2050	1.443 12.851
b)	NC Energia	Venda de energia elétrica	IPCA	1 ano	2023	- 717
c)	Neoenergia Renováveis	Dividendos a pagar	-	N/A	2023 (2.113)	-

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Vencimento	Resultado do exercício	
					Passivo	Ativo
a)	Neoenergia Brasília, Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern, Neoenergia Elektro e Neoenergia Pernambuco	Venda de energia elétrica	IPCA	27 anos	2050	495 4.418
b)	NC Energia	Venda de energia elétrica	IPCA	1 ano	2023	- 234
c)	Neoenergia Renováveis	Dividendos a pagar	-	N/A	2023 (2.113)	-
d)	Canoas e Lagoa 2	Dividendos a receber	-	N/A	2023 5.730	-

17.4. Remuneração da administração (Pessoal-chave): Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve remuneração dos administradores da Companhia.

18. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	Consolidado			
	2022		2021	
	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	5.974	93.264	10.442	78.718
Títulos e valores mobiliários	-	5.476	-	2.146
Contas a receber de clientes e outros	10.921	-	9.879	-
	16.895	98.740	20.321	80.864
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	-	8.427	-	7.680
Empréstimos e financiamentos				